



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da Ordem do Dia
Sessão Deliberativa Ordinária - 17/09/2025, às 14 horas

Identificação da matéria	Descrição
Item 1 PL 5195/2020 Ementa: altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para prever ações direcionadas às pessoas com deficiência. Autoria: Deputada Rejane Dias Discussão, em turno único [tramitação completa] Se aprovada, a matéria vai à sanção presidencial.	Tramitação 1. CDH 03/09/2025: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH (de redação). O Senador Eduardo Girão apresenta requerimento de urgência extrapauta, que é aprovado pela Comissão. Relator: Senador Eduardo Girão Síntese O projeto tem como finalidade alterar a Lei 13.819/2019 para que a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, por ela instituída, passe a considerar as peculiaridades de populações com maior risco de sofrer com depressão e suicídio, tais como as pessoas com deficiência. Determina, ainda, que os conselhos de defesa dos direitos da pessoa com deficiência que tomarem conhecimento de casos de violência autoprovocada relativos a essa população comuniquem essas ocorrências imediatamente à autoridade sanitária competente. A matéria recebeu parecer favorável da CDH com aprovação de emendas de redação. O parecer adequa a ementa, cuja redação pode dar a entender que as alterações seriam pertinentes somente às pessoas com deficiência, ao passo que a parte dispositiva cita esse grupo como exemplo de um segmento populacional com maior risco de sofrer com depressão e suicídio. Também caracteriza de modo mais preciso as necessidades, e não as peculiaridades, do conjunto das pessoas abrangidas pelo dispositivo, que são todas aquelas psicossocialmente mais vulneráveis ou com maiores riscos de desenvolvimento de doenças ou transtornos mentais que aumentem o risco de violência autoprovocada, como automutilação e suicídio.

Identificação da matéria	Descrição
Item 2 PL 270/2020 Ementa: altera as Leis n°s 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio. Autoria: Deputada Rejane Dias Discussão, em turno único [tramitação completa] Se aprovada, a matéria vai sanção presidencial.	Tramitação 1. CDH 14/05/2025: A Presidente designa o Senador Sergio Moro como relator “ad hoc”. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. Relator: Senador Eduardo Girão 2. CE 02/09/2025: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CE, favorável ao projeto. Relator: Senador Flávio Arns Síntese O PL objetiva alterar a Lei 13.819/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (PNPA), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para, respectivamente, incluir entre os objetivos da PNPA a promoção da notificação de eventos, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados, envolvendo os estabelecimentos de ensino, e dispor sobre a obrigatoriedade desses estabelecimentos notificarem ao Conselho Tutelar os casos de violência, especialmente os que envolvem automutilação e suicídio, que ocorram no ambiente escolar.
Item 3 PL 3865/2025 Ementa: institui o Dia de São Miguel Arcanjo. Autoria: Deputada Simone Marquette - [tramitação completa] Se aprovada, a matéria vai à sanção presidencial.	Tramitação Pendente de parecer. (Pendente de apresentação de requerimento de urgência) Síntese O PL institui, no calendário nacional, o Dia de São Miguel Arcanjo, a ser celebrado, anualmente, no dia 29 de setembro. O projeto tem por objetivo prestar homenagem a São Miguel Arcanjo, de forma a reconhecer sua importância histórica e sua relevância para a fé católica do povo brasileiro.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Ordem do Dia.
Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.